

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 04/Abr

DIÉESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3169- Ano 2024

UNI global union

ALAGOAS

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas empossa nova diretoria para o quadriênio 2024-2028



Maria Mônica Lopes foi diplomada a primeira mulher a exercer a presidência do Sindicato dos Vigilantes no estado

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas empossou, nesta quarta-feira, dia 03 de abril de 2024, sua nova diretoria para o quadriênio 2024-2028. A solenidade aconteceu no auditório do Sindicato dos Bancários, em Maceió, e contou com a presença de lideranças sindicais, políticas e sociais de vários estados do Nordeste.

A companheira Maria Mônica Lopes foi diplomada a primeira mulher a exercer a

presidência do Sindicato dos Vigilantes no estado, consagrando os anseios da categoria, que elegeu a Chapa 1 - Na Luta e Democracia com 99,03% dos votos válidos, em um processo transparente e democrático que contou com a participação de vigilantes da capital e do interior.

Na cerimônia, foi destacada em diversas oportunidades a firmeza ideológica da nova presidenta na defesa dos direitos dos

trabalhadores, sua participação ativa na luta sindical e nos movimentos sociais. Também foi evidenciada sua representação como mulher negra para a promoção da equidade de gênero e para a representatividade feminina no âmbito social.

Maria Mônica compartilhou um pouco da sua história de luta e agradeceu o apoio dos vigilantes e de todas as entidades presentes. “Minha luta começou neste sindicato e eu sou grata a todos que contribuíram para a construção do movimento sindical em nosso estado. Esse respeito foi construído com muito trabalho, pois a categoria dos vigilantes merece ser representada por pessoas comprometidas com a classe trabalhadora. Sou grata a todos os que estão aqui presentes, a todos os companheiros de luta e a toda minha família”, declarou a presidenta.

José Cícero Ferreira, agora vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, também comentou o comprometimento do sindicato com os trabalhadores e a construção de uma luta unificada entre os estados do Nordeste. “A luta não é fácil, mas continuamos firmes e fortes em defesa da nossa categoria. Todo o Nordeste está aqui representado, fortalecendo a luta dos trabalhadores e a companheira Maria Mônica dará continuidade a este trabalho com muita competência”, afirmou Ferreira.

A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV deseja sucesso a diretoria eleita e deseja muito sucesso e ainda mais conquistas aos vigilantes alagoanos.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de AL com alterações da CNTV



Sindicatos de SC não podem fazer acordo flexibilizando base de cálculo de cotas legais

TST restaurou decisão que TRT da 12ª Região (SC) cassara



Superior do Trabalho restabeleceu decisão que havia proibido sindicatos dos setores de asseio e conservação e de segurança privada de Santa Catarina de fazer instrumentos coletivos que flexibilizam a base de cálculo das cotas legais de aprendizagem e de pessoas com deficiências. No exame do caso em recurso em mandado de segurança, o colegiado avaliou que a mitigação das cotas está entre as matérias que não podem ser negociadas coletivamente, de acordo com a CLT.

Flexibilização

Em ação civil pública, o Ministério Público do Trabalho (MPT) relatou que convenções coletivas firmadas pelos sindicatos patronal e de empregados previam que tanto a cota de aprendizes quanto a de pessoas com deficiência seriam calculadas apenas sobre o número de trabalhadores lotados em atividades administrativas internas.

Tutela de urgência

A pedido do MPT, a juíza da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis (SC) concedeu tutela provisória de urgência para proibir as entidades sindicais de celebrar instrumentos coletivos alterando a base de cálculo das cotas, com multa diária no caso de descumprimento. Esse tipo de medida judicial que visa à garantia imediata de um direito em situações de urgência.

Segundo a juíza, esses temas não são passíveis de negociação sobre o legislado e haveria risco de dano, porque a redução da base de cálculo dificulta a inserção de aprendizes e pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Mandado de segurança

Para afastar a proibição, o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados (Seac/SC) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Santa Catarina (Sindesp/SC) impetraram mandado de segurança. Um dos argumentos foi que a grande maioria dos serviços prestados pelas empresas não exigia curso de formação profissional nem oferecia condições dignas a pessoas com deficiência ou oportunidade de progressão social a aprendizes, pois a maioria das contratações eram para funções de auxiliar de serviços gerais, serventes e vigilantes.

Competência

Ao analisar o mandato, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) considerou que, embora o MPT tenha legitimidade para ajuizar

a ação, o pedido de anulação da cláusula é da competência originária do Tribunal, e não da Vara do Trabalho. Assim, cassou a decisão que deferiu a tutela de urgência antecipada.

Caráter inibitório

O relator do recurso do MPT, ministro Dezena da Silva, salientou que a pretensão veiculada na ação civil pública não é de anulação de cláusula coletiva, mas de caráter inibitório, isto é, de impor aos entes sindicais a obrigação de não mitigar a base de cálculo das cotas legais por meio da negociação coletiva. E, para isso, a Vara do Trabalho é competente.

Restrições não autorizadas

Por outro lado, Dezena da Silva frisou que as leis que regulamentam a aprendizagem (artigos 428 e seguintes da CLT) e as cotas de pessoas com deficiência (artigo 93 da Lei 8.213/1991) não autorizam restrições quanto à base de cálculo nem quanto à natureza das atividades desempenhadas pelo empregador.

Discriminação

A seu ver, a redução tem um cunho discriminatório, porque o objetivo das cotas é justamente o de proteger seus destinatários contra a discriminação sofrida por determinados segmentos sociais no momento de sua inserção no mercado de trabalho.

Por unanimidade, a SDI-2 restabeleceu integralmente a tutela de urgência deferida na ação civil pública.

FONTE: TST (Lourdes Tavares/CF)

Projeto prevê medidas para proteger mulher agredida no ambiente de trabalho

Proposta surgiu de discussões para garantir proteção às servidoras públicas vítimas de violência, mas foi estendida a todos os ambientes

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Alberto Fraga é o autor do projeto

O Projeto de Lei 816/24 prevê a possibilidade de o juiz determinar providências específicas para proteger mulher agredida no ambiente de trabalho, quando o agressor frequentar o mesmo local.

O autor da proposta, deputado Alberto Fraga (PL-DF), argumenta que são “bastante comuns” os casos em que o marido ou o companheiro trabalha no mesmo local da vítima, o que justifica a medida.

Em análise na Câmara dos Deputados, o texto altera a Lei Maria da Penha e inclui essas providências entre as medidas protetivas de urgência que o juiz pode adotar em casos de violência contra a mulher.

Fraga lembra que a proposta surgiu, inicialmente, de discussões do Grupo Alpha Bravo Brasil, como forma de garantir maior proteção no caso de servidoras públicas vítimas de violência doméstica e sob riscos no ambiente de trabalho. “Em debates, ampliou-se seu escopo para abranger as trabalhadoras de modo geral, cabendo ao juiz avaliar quais medidas serão razoáveis e efetivas nestes casos”, destacou.

Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Rodrigo Bittar

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Quase 90% da população brasileira admite já ter acreditado em notícias falsas

Pesquisa revela que oito em cada dez brasileiros já deu credibilidade a fake News

Pixabay



O instituto ouviu 1.032 pessoas com 18 anos de idade ou mais entre os dias 15 e 20 de fevereiro

Quase 90% da população brasileira admite ter acreditado em notícias falsas. É o que revela uma pesquisa do Instituto Locomotiva e obtida com exclusividade pela Agência Brasil. Segundo o levantamento, oito em cada dez brasileiros já deu credibilidade a fake news. Mesmo assim, 62% confiam na própria capacidade de diferenciar informações falsas e verdadeiras em um conteúdo.

Sobre o conteúdo das notícias falsas que acreditaram, 64% era sobre venda de produtos, 63% diziam respeito a propostas em campanhas eleitorais, 62% tratavam de políticas públicas, como vacinação, e 62% falavam de escândalos envolvendo políticos. Há ainda 57% que afirmaram que acreditaram em conteúdos mentirosos sobre economia e 51% em notícias falsas envolvendo segurança pública e sistema penitenciário.

O instituto ouviu 1.032 pessoas com 18 anos de idade ou mais entre os dias 15 e 20 de fevereiro. Na opinião de 65% dos entrevistados, as notícias falsas são distribuídas com a ajuda de robôs e inteligência artificial. A cada dez pessoas, oito reconhecem que há grupos e pessoas pagas para produção e disseminação de notícias falsas.

O maior risco da desinformação para 26% da população é a eleição de maus políticos, enquanto 22% acreditam que o perigo maior é atingir a reputação de alguém e 16% avaliam como maior problema a possibilidade de causar medo na população em relação à própria segurança. Há ainda 12% que veem como maior risco prejudicar os cuidados com a saúde.

Ingenuidade e vergonha

Ser enganado por uma notícia falsa gera um sentimento de ingenuidade para 35% das pessoas, 31% ficam com raiva e 22% sentem vergonha.

Um quarto da população (24%) afirma já ter sido acusado de espalhar informações falsas por pessoas que têm uma visão de mundo diferente.

O presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, defende medidas educativas como forma de combater a disseminação de conteúdos mentirosos. “Para enfrentar essa questão, há um desafio para as instituições públicas de formular estratégias que incluam a promoção da educação midiática e a verificação rigorosa das fontes de informação, para fortalecer a comunicação do país e garantir que a população receba informações precisas e confiáveis”, afirma.

FONTE: Redação RBA

Petrobras anuncia plano de contratação e construção de novas embarcações

Companhia pretende contratar 200 embarcações de apoio nos próximos quatro anos, 38 delas construídas no Brasil. Petroleiros também defendem participação brasileira em duas novas plataformas



Novas embarcações da Petrobras devem criar 280 mil empregos diretos e indiretos por ano

A Petrobras anunciou na quinta-feira (28) que vai iniciar a contratação de embarcações de apoio para a logística de exploração e produção de petróleo e gás, com objetivo de atender a demanda de curto prazo para os anos de 2025 e 2026. A estatal também aprovou a contratação de novos barcos de apoio para as demandas de longo prazo. Estas últimas terão foco em novas soluções tecnológicas de eficiência e redução de emissões de gases do efeito estufa.

Desse modo, a companhia pretende contratar 200 embarcações de apoio no período 2024-2028. Serão tanto para a substituição de contratos vigentes como para o incremento da frota. Desse total, a Petrobras estima a construção de até 38 novas embarcações para atendimento de novas demandas.

Os processos de contratação serão divulgados nos próximos dias. Na primeira licitação que visa à construção de novos barcos, a previsão é contratar 12 embarcações de apoio do tipo PSV (Plataform Supply Vessel, Embarcação de Suprimento às Plataformas).

Ao mesmo tempo, o Plano Estratégico da companhia prevê a contratação de navios de cabotagem, plataformas FPSOs (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência, da sigla em inglês) e embarcações para execução de atividades submarinas e de poços. Além disso, o plano também inclui atividade de descomissionamento de plataformas.

“Estamos em contato permanente com o mercado fornecedor e estudando as melhores estratégias de contratação que permitam suprir a demanda da Petrobras, mantendo a competitividade dos processos”, afirmou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em nota.

Nesse sentido, a estatal deve investir US\$ 102 bilhões na renovação e ampliação da frota marítima. Assim, a aquisição das novas embarcações deve criar 280 mil empregos diretos e indiretos por ano.

Mais oportunidades

Até 2028, a companhia pretende construir 14 novos navios-plataformas, ampliando oportunidades para a indústria offshore brasileira. São projetos que estão em diferentes etapas de construção. Atualmente, a companhia conduz seis processos de contratação de navios-plataforma flutuantes. Quatro são por afretamento (aluguel). E duas serão unidades próprias da Petrobras, com demandas para construção de módulos no Brasil, atividade alinhada com a vocação da indústria offshore nacional.

Ao mesmo tempo, os planos incluem ampliar de 25 para 30 os navios-sonda da companhia até 2028. A contratação dessas novas embarcações já estão em fase avançada. A Petrobras também avalia oportunidades de longo prazo para o seguimento. Já na atividade de cabotagem, a frota atual da Petrobras é de 26 navios. A intenção é construir mais 16 nos próximos quatro anos.

Ao mesmo tempo, o descomissionamento de plataformas, incluindo a reciclagem sustentável de seus materiais, também vai ampliar a demanda para a indústria nacional. Até 2028, a Petrobras prevê descomissionar 23 plataformas, sendo 9 fixas e 14 flutuantes.

Conteúdo nacional

Nesse sentido, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) defendeu nesta semana a revisão das regras de licitação das plataformas P-84 e P85, a fim de que as unidades possam ser parcialmente construídas no Brasil. Trata-se de duas plataformas flutuantes (FPSOs) próprias da Petrobras que terão como destino o pré-sal da Bacia de Santos.

Os petroleiros demandam, desse modo, que a Petrobras licite as duas plataformas por módulos (divididos em contratos de cinco módulos separados, além do casco da embarcação). O objetivo é viabilizar a participação de estaleiros nacionais. Como está hoje, licitando as unidades por inteiro, é praticamente inviável a construção no Brasil. Na prática, somente grandes estaleiros estrangeiros teriam condições de arcar com o negócio, em função do alto valor da encomenda. A previsão é que cada uma delas deve custar cerca de US\$ 4 bilhões.

A reivindicação é uma das propostas do Manifesto em Defesa da Indústria Naval e dos Empregos lançado nesta semana, em Niterói. Além da FUP participaram do lançamento o Fórum em Defesa da Indústria Naval e Offshore do Rio de Janeiro, a Frente Parlamentar Nacional em Defesa da Indústria Naval e a Frente Parlamentar Estadual de Acompanhamento do Pólo Gaslub.

O documento defende conteúdo nacional mínimo entre 30% e 60%, nas plataformas fixas e móveis, buscando potencializar as possibilidades de aproveitamento da indústria local. “Os contratos de afretamento de navios e plataformas no exterior pela Petrobrás implicam elevadas despesas com pagamento de juros e não geram encomendas no país. A Petrobras está com várias unidades de afretamento lá fora, inclusive de barcos de apoio, que podem ser construídas no Brasil, gerando emprego e renda no país”, afirmou o coordenador- Geral da FUP, Deyvid Bacelar.

FONTE: Redação RBA

Tráfico internacional de armas de fogo: PF deflagra Operação no Rio de Janeiro e no Paraná

A investigação apontou que a quadrilha utilizou uma empresa do ramo de efeitos cinematográficos para armazenar materiais bélicos importados de forma irregular



Agentes da Polícia Federal (Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quinta-feira a Operação Ficção ou Realidade com o objetivo de apurar a prática de tráfico internacional de armas de fogo e acessórios oriundos dos Estados Unidos, além de comércio clandestino de material bélico a facções criminosas e milícias cariocas.

De acordo com nota emitida pela PF, “na ação de hoje, policiais federais cumprem seis mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal no Rio de Janeiro, em endereços residenciais localizados nas cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e Maringá/PR”.

A polícia indica ainda que a investigação, que foi iniciada com base em informações da Receita Federal, revelou que o grupo investigado importava material bélico de forma irregular e contratou uma empresa do ramo de efeitos cinematográficos para armazenar clandestinamente os armamentos, sob a premissa de estar lidando com materiais de efeito não lesivo destinados ao serviço de show pirotécnico, de maneira que não levantasse suspeita sobre a atividade criminosa. Em janeiro deste ano, autoridades estadunidenses

apreenderam em Miami, expressiva quantidade de material bélico que estava prestes a ser enviado clandestinamente ao território nacional. Na ocasião, foram apreendidos: 261 carregadores de alta capacidade, geralmente *utilizados por milicianos e traficantes para exercer domínio territorial, visto que comportam até 90 munições de grosso calibre e alto poder destrutivo; e 88 acessórios de conversão de armas de fogo chamados de “Kit Roni”, que conferem maior estabilidade e precisão ao armamento, assim como transformam armas semi-automáticas em armas automáticas ou que disparam rajadas de tiros.

Os investigados responderão pelos crimes de tráfico internacional e comércio clandestino de armas de fogo e acessórios, além de associação criminosa. Caso sejam condenados, eles poderão receber pena de até 31 anos de reclusão.

A operação contou com o apoio da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Estado do Rio de Janeiro (FICCO/RJ), do Serviço de Aduanas e Proteção de Fronteiras dos EUA em Miami (CBP-MIA), Divisão de Segurança de Contêineres dos EUA em Santos (CSI/CBP) e da Força-Tarefa Internacional de Combate ao Tráfico de Armas e Munições (FICTA), unidade supervisionada pelo Serviço de Repressão ao Tráfico de Armas da Polícia Federal e composta por PF, Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Homeland Security Investigations (HSI) – principal braço investigativo do Department of Homeland Security (DHS) dos Estados Unidos.

FONTE: 247

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF